

**DFD - DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA**

**Da: Secretaria de Administração**

**Para: O Prefeito do Município de Camocim de São Félix**

**Assunto: Contratação de empresa para prestação do serviço de operacionalização de programa de Estágio no Município de Camocim de São Félix, agenciamento junto às instituições de ensino, sediadas no estado de Pernambuco, de estudantes dos cursos médios e superiores, para bolsas de estágios existentes no Município de Camocim de São Félix/PE.**

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

Vislumbrando a continuidade dos serviços da administração pública neste município, solicitamos em caráter emergencial, as providências cabíveis, no sentido de sua autorização perante a Comissão de Contratação de nosso município, para a abertura de Processo Administrativo, com o objetivo consistente na Contratação de empresa para prestação do serviço de operacionalização de programa de Estágio no Município de Camocim de São Félix, agenciamento junto às instituições de ensino, sediadas no estado de Pernambuco, de estudantes dos cursos médios e superiores, para bolsas de estágios existentes no Município de Camocim de São Félix/PE, conforme o estimativo de vagas abaixo:

DESCRIÇÃO	QUANTIDADES DE VAGAS ESTIMADA
Estagiários de nível superior	60
Estagiários de nível médio	10
<b>TOTAL DE VAGAS</b>	<b>70</b>

Ao mesmo tempo em que encaminho Termo de Referência com quantitativos, justificativa e especificações necessários para o bom funcionamento da Prefeitura Municipal de Camocim de São Félix.

**JUSTIFICATIVA:**

Trata-se de programa que já vem exitosamente sendo implementado pelo Município, com elevada complementação de ensino e aprendizagem dos estudantes municipais e notados benefícios sociais e econômicos decorrentes, resultado que se soma aos benefícios trazidos pela colaboração dos estudantes-estagiários, com novos influxos de ideias, técnicas e iniciativas, que contribuem à modernização, oxigenação, impulsionamento e eficientização dos setores em que atuam.

Não obstante, a falta de estrutura e capacidade institucional municipal para operacionalizar o programa de estágio, em todas as suas etapas, faz-se necessário a contratação de agente de integração entre estudantes (estagiários), a Administração Municipal e Instituições de Ensino, em etapas de divulgação do programa, seleção de estagiários de modo isonômico e transparente interlocução com instituições de ensino e formalização dos vínculos de estágio, colaborando para o desenvolvimento de habilidades, modalidades de atuação e formação profissional desses estudantes, durante o período de 05(cinco) meses

O Programa de Estágio do município, pela importância e pela variedade de oportunidades que oferece, tem se caracterizado como complemento importante na formação de estudantes do município, atraindo, normalmente, número muito elevado de candidatos.


Para atender a essa demanda, são necessárias ações que envolvem recrutamento e seleção de candidatos, além do pagamento das bolsas e acompanhamento dos estagiários.

Considerando a abrangência e dimensão de critérios do programa, o provimento de vagas será melhor efetivado através de entidade externa especializada na integração Escola Empresa.

No que se refere ao Programa de Estágio, o papel do município ficará caracterizado em acompanhamento do supracitado programa bem como de fornecedora de insumos necessários nos processos de recrutamento, seleção de candidatos, pagamento e acompanhamento dos selecionados, dando igualdade de oportunidade para todos os interessados a justificativa supra lhe seja suficiente para que seja realizado a abertura de procedimento licitatório, vez que as contratações pretendidas atenderão aos interesses da administração.

Camocim de São Félix, 31 de julho de 2024.

Atenciosamente,

  
Giselle do Carmo Bezerra  
Secretária de Administração

## **TERMO DE REFERÊNCIA**

### **1. CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO**

Este Termo de Referência tem como objeto a Contratação de empresa para prestação do serviço de operacionalização de programa de Estágio no Município de Camocim de São Félix, agenciamento junto às instituições de ensino, sediadas no estado de Pernambuco, de estudantes dos cursos médios e superiores, para bolsas de estágio existentes no Município de Camocim de São Félix/PE.

### **2. JUSTIFICATIVA**

Trata-se de programa que já vem exitosamente sendo implementado pelo Município, com elevada complementação de ensino e aprendizagem dos estudantes municipais e notados benefícios sociais e econômicos decorrentes, resultado que se soma aos benefícios trazidos pela colaboração dos estudantes-estagiários, com novos influxos de ideias, técnicas e iniciativas, que contribuem à modernização, oxigenação, impulsionamento e efficientização dos setores em que atuam.

Não obstante, a falta de estrutura e capacidade institucional municipal para operacionalizar o programa de estágio, em todas as suas etapas, faz-se necessário a contratação de agente de integração entre estudantes (estagiários), a Administração Municipal e Instituições de Ensino, em etapas de divulgação do programa, seleção de estagiários de modo isonômico e transparente interlocução com instituições de ensino e formalização dos vínculos de estágio, colaborando para o desenvolvimento de habilidades, modalidades de atuação e formação profissional desses estudantes, durante o período de 05(cinco) meses

O Programa de Estágio do município, pela importância e pela variedade de oportunidades que oferece, tem se caracterizado como complemento importante na formação de estudantes do município, atraindo, normalmente, número muito elevado de candidatos.

Para atender a essa demanda, são necessárias ações que envolvem recrutamento e seleção de candidatos, além do pagamento das bolsas e acompanhamento dos estagiários.

Considerando a abrangência e dimensão de critérios do programa, o provimento de vagas será melhor efetivado através de entidade externa especializada na integração Escola Empresa.

No que se refere ao Programa de Estágio, o papel do município ficará caracterizado em acompanhamento do supracitado programa bem como de fornecedora de insumos necessários nos processos de recrutamento, seleção de candidatos, pagamento e acompanhamento dos selecionados, dando igualdade de oportunidade para todos os interessados.

### **3 – FUNDAMENTAÇÃO**

O presente procedimento administrativo objetiva, com respaldo no art. 75, inciso VIII da Lei nº 14.133, de 2021, a **“Contratação de empresa para prestação do serviço de operacionalização de programa de Estágio no Município de Camocim de São Félix, agenciamento junto às instituições de ensino, sediadas no estado de Pernambuco, de estudantes dos cursos médios e superiores, para bolsas de estágio existentes no Município de Camocim de São Félix/PE”**.

@prefcamocimdesaofelix @governodecamocim Prefeitura Camocim de São Félix

Conforme disposto na Exposição de Motivos, a contratação emergencial em tela mostra-se necessária a fim de evitar a descontinuidade do serviço, a qual encontra-se comprometida em face dos seguintes fatores: encerramento da vigência do Sétimo Termo Aditivo do Contrato nº 095/2018, o qual já se trata de uma contratação remanescente anteriormente celebrada a luz da legislação anterior, Lei nº 8.666/93; impossibilidade de conclusão do processo licitatório tradicional em tempo hábil a luz da NLLC, Lei nº 14.133/21.

Assim, conforme as justificativas acima transcritas, a Administração entendeu como opção mais razoável a contratação emergencial de empresa para prestação do serviço de operacionalização de programa de Estágio no Município de Camocim de São Félix, agenciamento junto às instituições de ensino, sediadas no estado de Pernambuco, de estudantes dos cursos médios e superiores, para bolsas de estágio existentes no Município de Camocim de São Félix/PE, com base no art. 75, VIII da Lei 14.133/2021, pelo período de até 05 (cinco) meses.

De plano, cabe esclarecer que as hipóteses passíveis de dispensa de licitação, na Lei nº 14.133/2021, estão previstas no art. 75. Especificamente para a contratação emergencial, a nova lei de licitações exige a configuração de caso de emergência ou de calamidade pública, ou de urgência no atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares. Para a aquisição dos bens, o permissivo autoriza apenas a compra daqueles que sejam necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa. Vedada a prorrogação dos contratos e a recontração de empresa já contratada com base no dispositivo.

A perfeita configuração da dispensa de licitação exige a comprovação da possibilidade concreta e efetiva de dano e a demonstração de que a contratação é o meio adequado para evitar sua ocorrência. Nesse sentido, desde que devidamente comprovado/demonstrado o caso de emergência – cumpridos os requisitos constantes na Lei de Licitações – não há por que se obstar a realização da contratação direta. Ademais, em determinadas situações, a falta da contratação emergencial poderia até mesmo ensejar responsabilização dos agentes administrativos por sua desídia.

Cumprе ressaltar que, tanto a Lei nº 8.666/93, quanto a Lei 14.133/2021, mantiveram o mesmo objetivo, qual seja, evitar que a ocorrência de situações que possam ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamento e outros bens, públicos ou particulares.

Levando-se em conta que a contratação emergencial tem a mesma finalidade em ambos os diplomas legais, entende-se que o TCU ainda mantém o seu posicionamento firmado quanto ao assunto:

**(...) a situação prevista no art. 24, IV, da Lei nº 8.666/93 não distingue a emergencial real, resultante do imprevisível, daquela resultante da incúria ou inércia administrativa, sendo cabível, em ambas as hipóteses, a contratação direta, desde que devidamente caracterizada a urgência de atendimento a situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares. (...) (Acórdão n.º 1138/2011-Plenário, TC-006.399/2008-2, rel. Min. Ubiratan Aguiar, 04.05.2011).**

De acordo com o Relator do acórdão acima transcrito, “há que se separar a ausência de planejamento da contratação emergencial propriamente dita, tratando-as como questões distintas”. Diante disso, a contratação emergencial ocorreria “em função da essencialidade do serviço ou bem que se pretende adquirir, pouco importando os motivos que tornam imperativa a imediata contratação”. Assim, “na análise de contratações emergenciais não se deve buscar a causa da emergência, mas os efeitos advindos de sua não realização”.

Ainda com base no fato de que a contratação emergencial continua possuindo o mesmo fundamento adotado pela Lei nº 8.666/93, considera-se aplicável à hipótese a Orientação Normativa nº 11, de 1º/04/2009, da Advocacia-Geral da União, publicada no DOU de 07/04/2009, Seção 1, pág. 14, a qual preceitua:

**A CONTRATAÇÃO DIRETA COM FUNDAMENTO NO INC. IV DO ART. 24 DA LEI Nº 8.666, DE 1993, EXIGE QUE, CONCOMITANTEMENTE, SEJA APURADO SE A SITUAÇÃO EMERGENCIAL FOI GERADA POR FALTA DE PLANEJAMENTO, DESÍDIA OU MÁ GESTÃO, HIPÓTESE QUE, QUEM LHE DEU CAUSA SERÁ RESPONSABILIZADO NA FORMA DA LEI.**

Tratando da mesma situação, Ronny Charles Lopes Torres, discorre o seguinte:

**Por sua vez, o § 6º do artigo 75 da Lei nº 14.133/21, definiu que deve ser considerada emergencial a contratação por dispensa com objetivo de manter a continuidade do serviço público, exigindo que sejam observados os valores praticados pelo mercado e adotadas as providências necessárias para a conclusão do processo licitatório, sem prejuízo de apuração de responsabilidade dos agentes públicos que deram causa a situação emergencial”. (CHARLES LOPES TORRES, Ronny. Leis de Licitações Públicas Comentadas: São Paulo – 15 ed. Ver., Atual., e Ampl. JusPodivm, 2024. P. 492).**

Para Marçal Justen Filho, a contratação emergencial no presente caso, se configura o atendimento as necessidades coletivas e supraindividuais, de modo que a ausência da contratação traria prejuízos aos interesses coletivos.

**Contratação administrativa pressupõe atendimento às necessidades coletivas e supraindividuais. Isso significa que a ausência da contratação representaria um prejuízo para os interesses coletivos. Se existisse a necessidade de contratação para promover a realização de valores coletivos, nem caberia intervenção do Estado. A atividade pública não pode ser suprimida ou indeferida para o futuro. Afinal, essas são características inerentes à Administração Pública.**

Na generalidade dos casos em que se dispõe a contratar, o Estado visa evitar um dano potencial a algum bem ou interesse. Uma interpretação ampla do inc. VIII acarretaria, por isso, a dispensa de licitação como regra geral. O argumento da urgência sempre poderia ser utilizado. Ora, a ausência de licitação não constitui a regra, mas a exceção. O inc. VIII deve ser interpretado a luz desse princípio". (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas: São Paulo - 2ª ed. Thomson Reuters Brasil, 2023. Págs. 1076 e 1077).

Tão logo, ressalta-se que a presente contratação atende pertinentemente a determinação do art. 75, VIII, da Lei 14.133/21, concernentemente ao prazo máximo estabelecido pelo dispositivo legal.

Art. 75.

(...);

**VIII - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontração de empresa já contratada com base no disposto neste inciso.**

Isto posto, a presente contratação figurasse em prazo limitado, em menor escala que o estabelecido pelo dispositivo da lei, sendo a presente contratação de apenas 05 (cinco) meses, para atender a emergência encontrada.

O juízo de razoabilidade do instituto da contratação direta por emergência explicita uma congruência lógica entre a situação fática e a providência administrativa para saná-la. Isso porque a situação de emergência é apurável no mundo dos fatos e possui diversas causas: caso fortuito, força maior, desídia, falta de planejamento, má gestão, dolo ou culpa de agente público, etc., porém, o efeito é apenas um: o risco de dano a bens jurídicos tutelados pelo Estado, como a vida e a integridade de pessoas e bens. Assim, não há diferença entre emergência oriunda de força maior, ou caso fortuito, e aquela provocada pela desídia ou falta de planejamento, considerados os resultados danosos que o Poder Público tem o dever de evitar.

A contratação direta com base no inc. VIII do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, visa efetivamente afastar os efeitos das emergências e não suas causas.

Além disso, em atenção à proporcionalidade, não se pode supor que o Poder Público coloque em risco a contínua e ininterrupta necessidade desses serviços. A ausência do contrato resultaria em prejuízos consideráveis ao bom funcionamento dos programas de estágio e formação profissional geridos pela Prefeitura de Camocim de São Félix, entre outros interesses tutelados pelo Município, em favor do princípio licitatório. O administrado não pode ser sacrificado em prol de um procedimento, o qual visa tão-somente à isonomia e à economicidade na satisfação das demandas administrativas.

O objeto contratado emergencialmente deve ser adequado para afastar o dano ou risco iminente da continuidade dos serviços necessários prestados ao município, ainda que se verifique um sacrifício ao princípio licitatório, porquanto se opera um resultado útil de preservação de outros bens juridicamente tutelados pelo Poder Público.

Aliás, tal ponderação de interesses o próprio Legislador já a efetuou, tendo em vista que o dispositivo do inc. VIII do art. 75 da Nova Lei de Licitações não excepciona a circunstância da emergência decorrente de desídia ou de falta de planejamento.

Em suma, reitere-se, caracterizada a circunstância emergencial, independentemente de suas causas, verificada a adequação entre a contratação que se pretende levar a efeito, como medida saneadora da emergência, aplica-se o disposto no art. 75, VIII, da Lei nº 14.133, de 2021, sem prejuízo da eventual apuração da responsabilidade do agente público que lhe deu causa, total ou parcialmente. De recomendar-se, também, na ocorrência da hipótese, que seja dado andamento a fase do planejamento, devendo ser sanados os seus entraves em prol da realização do certame licitatório para a contratação pretendida.

No caso dos autos, a contratação emergencial decorre da expiração de prazo em 21/07/2024 do 7º Termo Aditivo oriundo do Contrato nº 095/2018, o que ensejará a interrupção dos serviços que vinham sendo executados, levando em consideração que não há tempo hábil para concluir um procedimento licitatório tradicional, o que diante da situação fática que se apresenta, qual seja, a expiração do prazo de vigência do instrumento sobredito, oriundo do contrato retromencionado, verifica-se que a Administração entende existirem elementos caracterizadores da situação emergencial, pelo prazo de 05(cinco) meses.

#### **4. CATEGORIA DE ESTÁGIO**

**4.1.** O estágio deve ter caráter de complementação educacional e aprendizagem profissional e será planejado, acompanhado e avaliado em conformidade com os currículos, programas, calendários e horários escolares. Constitui um instrumento da integração Escola e trabalho, capaz de proporcionar a aplicação de conhecimentos teóricos, aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano, não acarretando qualquer vínculo de caráter empregatício com a PMCSF, conforme estabelece o artigo 5º da Resolução TCU n.º 88/1997 e o artigo 3º, da Lei n.º 11.788.

4.2. A jornada a ser cumprida pelo estagiário será de 06 (seis) horas diárias; 30 (trinta) horas semanais, distribuídas nos horários de funcionamento da Prefeitura Municipal de Camocim de São Félix/PE e compatível com o horário escolar. A definição do período de estágio leva em conta o currículo do curso, o calendário escolar e a programação da unidade organizacional que recebe o estagiário, em detrimento do art. 10 da lei 11.788/2003. No recesso escolar, o estagiário deverá obedecer ao mesmo.

4.3. A duração do período de estágio segue a normatividade legislativa, não excedendo o período máximo de 02 (dois) anos, conforme art. 11 da mesma lei. Desta feita, fica a divisão desse período em período semestral, ou seja, 06 (Seis) meses, prorrogáveis sequencialmente por mais 03 (três) vezes em igual período.

4.4. Será disponibilizado pela parte concedente instalações com as devidas condições necessárias a proporcionar ao estagiário atividades de aprendizagem social, profissional, e cultural, nos termos do art. 9º, III da lei 11.788/08;

4.5. Cabe ao Dirigente da Unidade promover a adequação entre a carga horária diária do estágio, o expediente da Prefeitura Municipal de Camocim de São Félix/PE.

4.6. Durante o período de férias escolares, a jornada do estágio obedecerá, também, ao disposto no subitem 2.2.

4.7. O estagiário terá direito à concessão de vale-transporte, porém não terá direito ao auxílio-alimentação ou benefício de assistência à saúde.

4.8. Em conformidade ao art. 5º, IV deste dispositivo normativo, deverá ser providenciado junto ao Agente de Integração, como auxiliares no processo de integração, o referido seguros contra acidentes pessoais

4.9. Registra-se desde já que a não observância das normas estabelecidas pela Administração e as transgressões disciplinares acarretarão a imediata rescisão do termo de compromisso mediante formalização da decisão.

4.10. Para interrupção independente do vínculo de estágio pela parte concedente, além do período destacado no item 2.3, também será observado as disposições dadas pelo art. 14 da Lei 1.776/09 deste município, prevendo nas seguintes disposições:

- I- O estagiário se desligar do estágio por iniciativa própria;
- II- Houver desinteresse do órgão no prosseguimento do estágio;
- III- O estagiário demonstrar desinteresse no cumprimento das atividades propostas, tais como ausência de assiduidade, pontualidade e etc.
- IV- O estagiário trancar a matrícula ou cessar a frequência na instituição de ensino onde estiver matriculado;
- V- O estagiário for convocado para o serviço militar.

4.11. As despesas com a execução da referida pauta entre o município de Camocim de São Félix/PE e o Agente de integração para formação do quadro de estagiários, ocorrerão por conta das dotações orçamentárias próprias, conforme discriminado em tópico próprio do termo de referência e Estudo Técnico Preliminar.

## **5. QUALIFICAÇÃO DA EMPRESA/ENTIDADE**

@prefcamocimdesaofelix @governodecamocim Prefeitura Camocim de São Félix



A instituição deverá apresentar, comprovação de habilitação de regularidade jurídica, fiscal e qualificação técnica, através de atestado emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que prestou serviço de mesma natureza, em suas quatro atividades principais: recrutamento, seleção, pagamento e acompanhamento de forma conjunta ou isolada.

## 6. RESPONSABILIDADES DA CONVENIADA

### 6.1 Recrutamento

A CONVENIADA deverá recrutar candidatos a estágios em entidades de ensino autorizadas e reconhecidas pelo MEC, onde a CONVENIADA mantenha convênios, nas condições exigidas pela legislação em vigor.

### 6.2 Seleção

6.2.1 Os candidatos a estágio na prefeitura deverão ser pré-selecionados segundo os seguintes requisitos:

- Estar apto à realização do estágio, conforme documentação(ões) emitida(s) pela Entidade de Ensino que comprove(m) vínculo, aptidão e período do curso;
- Ter disponibilidade para estagiar, com jornada diária de 06 horas, compatibilizado-a com o horário escolar;
- Não ter estagiado na prefeitura o tempo máximo descrito na Lei de estágio Nº 11.788 de 25/09/2008;
- As vagas de nível superior poderão ser ocupadas por estudantes de qualquer instituição de ensino, desde que autorizadas pelo MEC, priorizando as instituições públicas.

6.2.2 A CONVENIADA deverá encaminhar à prefeitura, para cada vaga de estágio existente, candidatos para entrevista na Secretaria de Administração/Departamento determinada pela CONVENIENTE.

### 6.3 Contratação

#### 6.3.1 Termo de Compromisso

A CONVENIADA será responsável pelo envio do Termo de Compromisso à CONVENIENTE, devidamente assinado, pelo próprio Agente Integrador, pela Instituição de Ensino e o estagiário até a data de início do estágio, sendo esta a condição para o início do estágio.

#### 6.3.2 Ciclos de Estágio

- **1º ciclo de estágio** - A CONVENIADA deverá apresentar à prefeitura os estudantes selecionados devidamente legalizados como estagiários;

- **2º ciclo de estágio** - A CONVENIADA deverá iniciar o processo de recrutamento e seleção de novos estagiários ou processar a renovação dos estagiários selecionados no 1º ciclo, de acordo com o definido pela CONVENIENTE, 30 dias antes de completar os primeiros 06 meses do contrato;
- A CONVENIADA terá até 30 dias, após o término de cada ciclo para apresentar à prefeitura o respectivo relatório final de acompanhamento;
- Cada turma de estagiários deverá iniciar suas atividades no dia seguinte à saída da turma anterior, sem haver descontinuidade.

### **6.3 Reposição de Estagiários**

Em caso de haver necessidade de reposição de estagiários a seleção deverá ocorrer no máximo em até 15 (quinze) dias, após solicitação da CONVENIENTE.

### **6.4 Pagamento da Bolsa Educacional**

A CONVENIADA deverá efetuar o pagamento da bolsa educacional e do auxílio transporte até o quinto dia útil do mês subsequente, conforme valor definido pela CONVENIENTE, desde que a CONVENIENTE deposite os respectivos valores, com antecedência de, no mínimo, 02 (dois) dias úteis.

### **6.5 Seguro de Vida**

Conforme determina a Lei de estágio em vigor, o estagiário deverá estar assegurado contra acidentes pessoais, sendo de responsabilidade da CONVENIADA.

### **6.6 Legislação**

A CONVENIADA deverá sempre realizar as atualizações de procedimentos quando houver modificação na legislação de estágio.

## **7. RESPONSABILIDADES DA CONVENIENTE**

### **7.1 Obrigações Gerais**

- Formalizar as oportunidades de estágio, conciliando, em conjunto com a CONVENIADA, suas condições com as exigências das entidades de ensino;
- Informar à instituição CONVENIADA, descrição das atividades planejadas, compatíveis com a formação acadêmica;
- Informar a CONVENIADA o candidato que foi selecionado para efetivação do Termo de Compromisso de estágio;
- Emitir carta de Apresentação do estagiário à Unidade Organizacional na qual realizará o estágio.
- Arcar com o fornecimento de auxílio transporte.

@prefcamocimdesaofelix @governodecamocim Prefeitura Camocim de São Félix

- Arcar com as despesas relativas ao recesso remunerado, de acordo com legislação de estágio vigente.

**7.2 Transferência mensal para a CONVENIADA da Bolsa Auxílio Educacional e do Auxílio Transporte**

- Transferir, até o segundo dia útil do mês subsequente à prestação do estágio, os valores correspondentes as bolsas educacionais, nos valores: R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais) para cada estagiário de nível superior referente à 06:00 horas diárias, através de fatura, correspondente aos estagiários em atividade;

Transferir, até o segundo dia útil do mês subsequente à prestação do estágio, os valores correspondentes as bolsas educacionais, nos valores: R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) para cada estagiário de nível médio referente à 06:00 horas diárias, através de fatura, correspondente aos estagiários em atividade;

- Transferir, até o segundo dia útil do mês subsequente à prestação do estágio, o valor do auxílio transporte, no valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) e o valor de R\$ 100,00 (cem reais) do auxílio alimentação para estagiário de nível médio e superior, correspondente aos estagiários em atividade;
- Informar à CONVENIENTE sobre qualquer alteração no valor da bolsa educacional.

PREFEITURA MUNICIPAL								
ESTÁGIO NÍVEL SUPERIOR – 6H DIÁRIAS/30 SEMANAIS								
Valor da Bolsa Superior (R\$)	Aux. Transporte (R\$)	Aux. Alimentação (R\$)	Valor Total Unitário Por Estagiário (R\$)	Quantid. Estimad. de Estágios	Valor estimado Mensal das Bolsas e Auxílios (R\$)	Taxa de Administração Estipulada (R\$)	Valor Estimado da Taxa de Administração Mensal (R\$)	Valor Estimado Mensal Taxa de Administração Mensal (R\$)
A	B	C	D = A + B + C	E	F = D x E	G	H = E x G	I = F + H
R\$ 850,00	R\$ 150,00	R\$ 100,00	R\$ 1.100,00	60	R\$ 66.000,00	R\$ 14,00	R\$ 840,00	R\$ 66.840,00
VALOR ESTIMADO (05 MESES)								R\$ 334.200,00

PREFEITURA MUNICIPAL								
ESTÁGIO NÍVEL MEDIO – 6H DIÁRIAS/30 SEMANAIS								
Valor da Bolsa Médio (R\$)	Aux. Transporte (R\$)	Aux. Alimentação (R\$)	Valor Total Unitário Por Estagiário (R\$)	Quantid. Estimad. de Estágios	Valor estimado Mensal das Bolsas e Auxílios (R\$)	Taxa de Administração Estipulada (R\$)	Valor Estimado da Taxa de Administração Mensal (R\$)	Valor Estimado Mensal Taxa de Administração Mensal (R\$)
A	B	C	D = A + B + C	E	F = D x E	G	H = E x G	I = F + H
R\$ 750,00	R\$ 150,00	R\$ 100,00	R\$ 1.000,00	10	R\$ 10.000,00	R\$ 14,00	R\$ 140,00	R\$ 10.140,00
VALOR ESTIMADO (05 MESES)								R\$ 50.700,00

### 7.3 Acompanhamento

- Monitorar o acompanhamento, a supervisão e a avaliação dos estágios, através dos relatórios junto à CONVENIADA de seis em seis meses;
- Indicar um profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar o estagiário, conforme definido na legislação de estágio;
- Ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;
- Enviar à instituição de ensino, com periodicidade mínima de 06 (seis) meses, relatório de atividades, com vista obrigatória do estagiário.

### 7.4 Orientação ao Supervisor de Estágio

Orientar o Supervisor de estágio, nas seguintes situações:

- Elaboração do Plano de Estágio, com a participação do estudante;
- Participação em reuniões de início, acompanhamento e avaliação do estágio;
- Desenvolvimento das atividades, garantindo a supervisão técnica e administrativa, providenciando rodízio de atividades entre os estagiários, quando for o caso.

### 7.5 Rescisão/Conclusão do Estágio

- Informar à CONVENIADA, por escrito, imediatamente, toda vez que ocorrer rescisão antecipada de qualquer Termo de Compromisso de Estágio, para as necessárias providências legais e interrupção de procedimentos técnicos e administrativos a cargo da CONVENIADA;
- Emitir Termo de Realização do Estágio.

## 8. DO LEVANTAMENTO DE PREÇO

Nesse ponto, convém mencionar, que a Secretaria Municipal de Administração buscou de empresa com capacidade para prestação desses serviços, através de Proposta de Preços apresentada e tendo como metodologia para efeito de comparação de preços, realizou o levantamento de preços praticados por órgãos públicos da região, diretamente no Tome Conta – TCE/PE, com o objetivo de afastar a hipótese de sobre preço, uma vez que a necessidade da Administração não pode resultar em valores exorbitantes ou abusivos, sob pena de ver frustrada a moralidade na seleção de proposta.

Deste modo, aferiu-se por intermédio do levantamento com ofertas de preço sob os mesmos parâmetros de taxa administrativa, resultantes da consulta de serviços desejados por esta Secretaria, conforme tabela abaixo:

ENTIDADE PUBLICA CONTRATANTE	OBJETO	CONTRATADA	VALOR CONTRATADO
TRIBUNAL DE CONTAS DE PERNAMBUCO – TCE/PE.  PROCESSO Nº 130/2023  PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2023	Constitui objeto da presente licitação a contratação de agente de integração para operacionalização do Programa de Estágio do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e da Escola de Contas Públicas Professor Barreto Guimarães, mediante concessão de bolsa de estágio a estudantes regularmente matriculados e com frequência efetiva em cursos de graduação, oferecidos por instituições públicas ou privadas de educação superior, conforme tabela a seguir, especificações e demais exigências estabelecidas neste Edital.	CONTRATO TC Nº 045/2023  SUPER ESTÁGIOS LTDA CNPJ Nº 11.320.576/0001-52  <a href="https://tomeconta.tcepe.tc.br/fornecedor/">https://tomeconta.tcepe.tc.br/fornecedor/</a>	TAXA ADMINISTRATIVA  R\$ 40,84
ESCOLA DE CONTAS PÚBLICAS PROFESSOR BARRETO GUIMARÃES  PROCESSO Nº 130/2023  PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2023	Constitui objeto do presente instrumento a contratação de agente de integração para operacionalização do Programa de Estágio da Escola de Contas Públicas Professor Barreto Guimarães, mediante concessão de bolsa de estágio a estudantes regularmente matriculados e com frequência efetiva em	CONTRATO ECPBG Nº 08/2023  SUPER ESTÁGIOS LTDA CNPJ Nº 11.320.576/0001-52  <a href="https://tomeconta.tcepe.tc.br/fornecedor/">https://tomeconta.tcepe.tc.br/fornecedor/</a>	TAXA ADMINISTRATIVA  R\$ 27,80

	<p>cursos de graduação, oferecidos por instituições públicas ou privadas de educação superior, conforme detalhamento na cláusula segunda e especificações constantes do Processo de Contratação n.º 130/2023, Pregão (Eletrônico) n.º 27/2023, e da proposta da CONTRATADA.</p>		
<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO JARDIM</p> <p>PROCESSO Nº 52/2023</p> <p>PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2023</p>	<p>Contratação de empresa especializada na PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA AGENCIAMENTO JUNTO ÀS INSTITUIÇÕES DE ENSINO, objetivando a seleção de estudantes do ensino superior para atuar na Prefeitura de Belo Jardim, conforme os programas de segurança do trabalho e outros serviços, ainda de acordo com a legislações pertinente, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência.</p>	<p>CONTRATO Nº 242/2024</p> <p>CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DE PERNAMBUCO – CNPJ Nº 10.998.292/0001-57</p> <p><a href="https://tomeconta.teepe.tc.br/fornecedor/">https://tomeconta.teepe.tc.br/fornecedor/</a></p>	<p>TAXA ADMINISTRATIVA</p> <p>R\$ 14,00</p>
<p>SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL – SEPLAG</p> <p>PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0037.SAD.</p> <p>PROCESSO Nº 0043.2023.PREG-XII.PE.0037.SAD.</p>	<p>Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agente de integração para operacionalização do Programa de Estágio Corporativo, visando atender as necessidades dos órgãos da Administração Direta, Autarquias e Fundações Públicas integrantes do Poder Executivo do Estado de Pernambuco, de acordo com as especificações e demais</p>	<p>CONTRATO Nº 05/2024</p> <p>CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DE PERNAMBUCO – CNPJ Nº 10.998.292/0001-57</p> <p><a href="https://tomeconta.teepe.tc.br/fornecedor/">https://tomeconta.teepe.tc.br/fornecedor/</a></p>	<p>TAXA DE ADMINISTRAÇÃO</p> <p>R\$ 3,53</p>

	disposições contidas no Termo de Referência.		
--	---	--	--

## 9. QUANTIFICAÇÃO (NÚMERO DE ESTÁGIARIOS)

O número total de estagiários será de 70 (setenta), podendo ser acrescido, de acordo com a necessidade da CONVENIENTE:

### 9.1 Vagas de estágio para Nível Superior

60 (sessenta) vagas.

### 9.2 Vagas de estágio para Nível Médio

10 (dez) vagas

As vagas deverão ser preenchidas através da unidade CONVENIENTE mais próxima ao município.

## 10. TAXA DE ADMINISTRAÇÃO PROPOSTA

A Taxa de Administração é de no máximo 14,00 (quatorze reais) paga aos Agentes de Integração, mensalmente, tendo como base para o cálculo a média de preço de mercado de acordo com pesquisa realizada.

## 11. PRAZO PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS

O prazo para execução do contrato é de 05 (cinco) meses, contados a partir da assinatura do convênio entre a prefeitura e o Agente de Integração, podendo ser prorrogado nos termos da legislação vigente.

## 12. MOBILIZAÇÃO

A CONVENIADA deverá apresentar à prefeitura:

- Relação de pessoal que estará envolvido no processo com vínculo à proponente;
- Plano de Trabalho.

## 13. DISPOSIÇÕES GERAIS

- O pagamento a CONVENIADA será efetuado após 30 (trinta) dias à formação da turma do 1º Ciclo de estágio.

- Em casos de a prefeitura ser fiscalizada por outros órgãos públicos, a CONVENIADA se responsabilizará por fornecer, de maneira organizada, as informações de sua competência.

#### 14. DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

A despesa decorrente desta licitação correrá à conta do orçamento do exercício de 2024, compromissada por conta das Dotações Orçamentárias:

01 – PREFEITURA MUN DE CAMOCIM DE SÃO FELIX  
02 – PREFEITURA MUNICIPAL  
02.03 – SECRETARIA DE ADMINNSTRAÇÃO  
02.03.02 – DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS GERAIS  
04 – ADMINISTRAÇÃO  
01.121 – PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO  
04.121.0021 – ADMINISTRAÇÃO GERAL  
04.121.0021.2210.0000 – PROGRAMA DE ESTAGIO REMUNERADO

Camocim de São Félix, 31 de julho de 2024.

  
GISELLE DO CARMO BEZERRA  
Secretária de Administração